

Sabia que  
existem  
*hackers*  
bons?  
E valem  
dinheiro <sup>E28</sup>

Textos **CÁTIA MATEUS**  
Ilustração **PAULO BUCHINHO**

O gosto por desafiar 'a máquina' e perceber como colocá-la a desempenhar uma função para a qual não foi concebida não sabe quando surgiu. Mas se há momento que

Miguel Regala não esquece foi o primeiro em que a ética falou mais alto. Enquanto estudava para um exame de mestrado em Engenharia Informática, na Universidade do Porto, descobriu uma fragilidade no sistema da faculdade que lhe permitia aceder e editar a informação dos alunos e as suas classificações. Reconhece que "teria dado jeito" inflacionar algumas das suas notas, mas escolheu outro caminho: passou o resto da noite a elaborar um relatório sobre a fragilidade e possíveis soluções, que enviou à instituição, para que fosse reforçada a segurança do sistema. Hoje é caçador de bugs ou *pen-tester* em exclusivo, identifica falhas de segurança em *sites* e serviços *online* de empresas como Facebook, Google, Dropbox, Uber ou outras e já reportou mais de 400 vulnerabilidades ao longo da carreira. É um dos portugueses em destaque no panorama internacional: figura no *top 25* da lista de melhores *hackers* (piratas informáticos) éticos da Google e não tem mãos a medir.

A revolução digital em marcha e o aparecimento de novas tecnologias tem elevado o grau de exposição das empresas a ciberataques e, consequentemente, a procura de profissionais capazes de identificar as fragilidades dos sistemas antes que outros piratas informáticos o façam. São os designados *hackers* ou piratas éticos, técnicos altamente especializados focados em descobrir vulnerabilidades nas infraestruturas informáticas de empresas ou serviços através de testes de intrusão (*pentests*). Ao contrário dos piratas informáticos, os *hackers* éticos atuam de forma legal, não retiram da sua atividade benefício próprio nem danificam os sistemas em que conseguem penetrar. O seu propósito é ajudar as empresas a manterem-se seguras *online*. Para as grandes organizações, contratar estes "piratas do bem" é uma prática corrente, embora seja cada vez mais difícil recrutar nesta área.

**Milhões em recompensas**

O PayPal pagou recentemente 15,300 dólares (cerca de €14 mil) a um pirata informático que descobriu uma fragilidade no seu sistema, e a Tesla está a oferecer 500 mil dólares (€454,4 mil) a quem consiga piratear o seu Model 3. A Apple também já anunciou que iria aumentar para 1,5 milhões de dólares (€1,2 milhões) o prémio que está disposta a pagar a piratas informáticos éticos que identifiquem fragilidades de segurança no sistema operativo que serve os vários dispositivos da marca.

E o gigante Google não ficou atrás. A tecnológica anunciou este ano um reforço de 50% ao prémio de recompensa de 1 milhão de dólares (€909 mil) associado ao Programa de Vulnerabilidade que lançou em 2010. Na última década, a Google pagou cerca de 21 milhões de dólares (€19 milhões) em recompensas a piratas informáticos por falhas identificadas nos seus sistemas.

Na mira destas empresas estão caçadores de vulnerabilidades como Miguel Regala — "Fisher", como é conhecido na comunidade de piratas informáticos. E estão também outros portugueses. Está, por exemplo, André Baptista — outro ex-aluno da Universidade do Porto —, que se notabilizou no mundo dos piratas informáticos éticos depois de, em 2018, vencer nos Estados Unidos a competição de cibersegurança que lhe garantiu o estatuto de "hacker mais valioso do mundo". E está também Fábio Pires, o pirata ético da Marinha Grande que entrou para a lista dos 75 *hackers* mais valiosos da Microsoft, depois de ter identificado uma falha no sistema da tecnológica que lhe dava acesso a quase 500 subdomínios de alguns dos principais produtos da gigante norte-americana.

**Recrutamento** Chamam-lhes piratas informáticos éticos. Zelam pela segurança do mundo digital. São ainda poucos, e as empresas estão desesperadas por contratá-los. Há portugueses entre os melhores do mundo nesta arte que é paga a peso de ouro

# Os hackers que nos defendem



**Legal ou ilegal? A resposta tem um nome: contrato**

A Lei 109/2009, que versa o cibercrime, é clara no que aos limites da legalidade da atuação dos especialistas em cibersegurança diz respeito. E a linha que separa uma atuação lícita de uma ilícita é "muito tênue e facilmente transponível", admite Ricardo Henriques, sócio da Abreu Advogados, especialista em tecnologias de informação e proteção de dados. Atua ilegalmente "quem, sem permissão legal ou sem para tanto estar autorizado pelo proprietário, por outro titular ou parte dele, de

qualquer modo aceder a um sistema informático", determina o diploma. A tentativa também é punível e há enquadramento específico para casos de acesso ilegítimo a sistemas informáticos, interceção ilegítima de informação ou dados, sabotagem informática, dano ou reprodução ilegítima. É por isso que, à medida que proliferam plataformas que agregam *freelancers* com competências técnicas para testar a fragilidade dos sistemas informáticos, a questão se impõe: a prestação destes serviços é legal ou ilegal? A

resposta, para Ricardo Henriques, é simples: "A legalidade da atuação de um hacker está dependente de um contrato. Se a sua intervenção estiver enquadrada por uma autorização formal para acesso ao sistema, é legal. Tudo o que fuja disto não o é", explica, acrescentando que aceder sem autorização a um sistema com objetivo de posteriormente reportar a sua fragilidade à empresa responsável não isenta o profissional da prática de um crime. Apesar disso, admite, são poucos os casos que chegam a tribunal.

A fronteira entre a legalidade e a ilegalidade da prática, reconhecem, é difícil de estabelecer (ver caixa), mas é como *hackers* éticos que se definem. Seguem um código de conduta que não é formal, "mas está implícito na atuação de cada um e é regulado pela comunidade", admite Fábio Pires. "O que fazemos é identificar falhas que coloquem

em risco a segurança de todos, e reportamo-las para que sejam corrigidas", explica. Em suma, conduzem ataques informáticos vigiados e autorizados a empresas para avaliar a sua cibersegurança e antecipar ataques imprevistos e com consequências nefastas. Podem integrar internamente uma organização ou prestar serviço através

de empresas de consultoria tecnológica ou até integrar plataformas de *freelancer* que disponibilizem este tipo de serviços. A amplitude de saídas profissionais tem aumentado à medida que aumenta também a dependência das empresas e dos organismos públicos de ferramentas tecnológicas. Mas a escassez de talentos qualificados nesta

área é um problema, admite Manuel Eduardo Correia, pró-reitor e professor do Departamento de Ciência de Computadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Como docente, Manuel Eduardo Correia ajudou a formar alguns dos mais reputados piratas éticos nacionais, que vêm normalmente de áreas de formação como a Administração de Redes ou Sistemas. "As principais universidades nacionais já têm formação específica nesta área, mas o número de formandos que saem por ano é insuficiente para as necessidades das empresas", explica o professor.

Em média, por ano, as universidades nacionais colocam no mercado cerca de 100 profissionais com competências na área da cibersegurança. "Aqui no Porto, por exemplo, a Euronext leva-nos quase todos os alunos de segurança informática ainda antes de acabarem o curso", explica Manuel Eduardo Correia, reconhecendo que é necessário reforçar a formação nesta área, onde não existem fronteiras geográficas em matéria de emprego.

**Contratação difícil**

Em Lisboa, a empresa de consultoria e auditoria tecnológica especializada em segurança de informação Integrity sente a pressão. Rui Shantillal, diretor-geral da Integrity, emprega 75 profissionais, 40 dos quais são piratas éticos que realizam testes de intrusão para clientes, onde se incluem clubes de futebol, marcas de luxo, empresas de marketing e entretenimento e também organizações dos sectores da banca, seguros ou saúde. "Já foi mais fácil contratar", explica. "São muito poucas as pessoas disponíveis para começar já a trabalhar nestas áreas", reforça.

E se Rui Shantillal enfatiza a necessidade de a academia reforçar a formação destes profissionais para fazer face ao aumento da procura, Manuel Eduardo Correia diz que o problema não passa só por aí. "As empresas nacionais competem diretamente com as estrangeiras por estes talentos", explica, acrescentando que os portugueses "são muito bons e reconhecidos na área da cibersegurança", o que coloca pressão acrescida às contratações nacionais. Os percursos de Miguel Regala e Fábio Pires demonstram-no. O primeiro, apesar da visibilidade que detém internacionalmente, recusa sair de Portugal. O segundo trabalha no Reino Unido e não tem planos para regressar.

Miguel Regala trabalha remotamente através da plataforma HackerOne, uma das várias que colocam *hackers* éticos ao alcance de empresas de todos os sectores e dimensões. "Não tenho um único cliente português", reforça. "Fisher" reconhece que trabalhar como *freelancer* nesta área "exige um nível de perícia técnica elevado. Não há salário fixo, depende dos resultados que se alcança. É uma profissão de alto risco e elevada recompensa, onde só recebemos pelas vulnerabilidades que encontramos, mas é muito compensador". Já Fábio Pires, que em 2017 saiu de Portugal para liderar equipas de cibersegurança no Reino Unido, integra atualmente o grupo de *media* News UK, que detém, entre outras publicações, os jornais "The Times", "The Sunday Times" e "The Sun", e destaca o reconhecimento e a valorização salarial que a profissão tem a nível internacional que "Portugal ainda não consegue acompanhar".

Em Portugal, o salário de um pirata ético em início de carreira ronda os €25 mil, em valores brutos anuais. Ao fim de cinco anos de experiência estará a ganhar cerca de €45 mil, segundo as contas da consultora de recrutamento Michael Page. Os valores estão abaixo dos praticados internacionalmente e estarão também abaixo dos faturados por um *freelancer* nestas funções. Mas o cenário pode mudar. Vasco Teixeira, diretor da área de Tecnologias de Informação da consultora, reconhece que "tem havido uma procura crescente destes profissionais, sobretudo com a mediatização de casos públicos onde são postas a nu as vulnerabilidades das organizações". Com a procura elevada a manter-se, "é expectável que a evolução dos salários acompanhe a procura".

emateus@expresso.imprensa.pt